

21 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Beligerância do Planalto e crise nos estados acendem alerta nos outros Poderes

Apesar de envio das Forças Armadas ao CE, Bolsonaro e filhos criticam senador baleado e tratam ação policial como legítima defesa

Julia Choib, Reynaldo Turillo Jr. e Danielle Grant

BRASÍLIA A beligerância do Palácio do Planalto e a crise nos estados na área de segurança pública preocupam governadores, Judiciário e Congresso. O alerta nos Poderes foi reforçado diante do motim de policiais militares no Ceará, que resultou em um senador da República atingido a tiros na tarde de quarta-feira (19).

Motim por reajuste salarial e sinais de um movimento se espalhando pelo país são lidos por parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal, deputados, senadores e governadores como reflexo do estilo agressivo de Jair Bolsonaro.

Declarações do presidente e de ministros do governo federal em provocação aos Poderes são vistas como gestos que potencializam as manifestações, além de elevar a polarização na população.

O motim de PMs no Ceará quase ganhou contornos trágico na quarta, quando Cid Gomes (PDT-CE), senador licenciado, foi baleado após investir com uma retroescavadeira sobre um grupo de policiais amotinados. Ele levou dois tiros, está internado, mas não corre risco de morte.

Ministros do STF e congressistas ouvidos pela reportagem não justificam a ação de Cid, considerada excessivamente agressiva, mas avaliam

que a reação dos PMs, de disparar contra um senador, advém da sensação de que eles têm respaldo de políticas adotadas pelo governo federal.

Embora tenha autorizado a ida das Forças Armadas ao Ceará, Bolsonaro criticou indiretamente o senador licenciado, durante transmissão ao vivo nesta quinta-feira (20) nas redes sociais.

“Aquele cara lá, não fala o nome dele, não, que subiu no trator e foi empurrar o portão lá com crianças, com mulheres, ele agiu corretamente ou não? Não fala o nome dele, não”, disse, em referência a Cid.

Em dobradinha com Bolsonaro, o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, respondeu: “Evidente que não, né, presidente? Aí, é uma irresponsabilidade, um desequilíbrio, um ato que colocou em risco a vida de muitas pessoas.”

Filhos de Bolsonaro, o senador Flávio (sem partido-RJ) e o deputado Eduardo (PSL-SP), condenaram a ação de Cid. Eles saíram em defesa dos policiais, que teriam agido em legítima defesa.

Apesar dos comentários do clã Bolsonaro, o presidente atendeu aos pedidos do governador Camilo Santana (PT) — primeiro, ao ceder apoio da Força Nacional de Segurança e, depois, das Forças Armadas.

Greves de PMs são proibidas no Brasil pela Constituição. Neste ano, já houve pressão por aumentos em Minas

Gerais e há ainda pressão no Espírito Santo, por exemplo.

Desde que assumiu o governo, Bolsonaro acena para os agentes de segurança — parte de sua base eleitoral.

O presidente sempre foi defensor da ampliação do excludente de ilicitude, que isenta agentes de crimes cometidos em determinadas situações, como em legítima defesa. Voltou a advogar pela mudança nesta quinta.

Ministros e congressistas avaliam que, com propostas como essa, Bolsonaro instiga comportamentos violentos.

Um integrante do STF afirma que a provocação de Bolsonaro aos governadores sobre o preço dos combustíveis, há duas semanas, quando eles foram desafiados a baixar a alíquota do ICMS, não passou de uma bravata que serviu para insuflar a tensão.

Depois desse episódio, o presidente criticou a atuação da PM da Bahia pela morte do miliciano Adriano da Nóbrega, ligado ao senador Flávio Bolsonaro. Morto no dia 9, ele era acusado de chefiar a principal milícia do Rio.

CONTINUA

Também são apontadas para afetar as relações: 1) a crítica de Paulo Guedes (Economia) sobre servidores públicos (comparados por ele a parasitas) e sobre empregadas domésticas (que estariam indo para a Disney devido ao preço do dólar, segundo ele); 2) e a do general Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), que acusou o Congresso de chantagear o Planalto.

Há, ao redor de Bolsonaro, além do próprio general Heleno, outros aliados da chamada ala ideológica que o encorajam a instigar a população a sair às ruas contra medidas do Congresso e do Supremo.

No Supremo, a avaliação é de que o presidente não pode agir como instigador de violências e precisa refletir sobre suas responsabilidades.

A expectativa tanto no STF quanto no Congresso é que o Carnaval sirva para dar uma pausa e acalmar os ânimos.

“O clima de polarização que o país está vivendo, a falta de diálogo e a postura de alguns membros do governo contaminam os ânimos da população”, afirma o presidente do Republicanos, deputado federal Marcos Pereira (SP).

O líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), adota postura semelhante.

“O expediente político de enfrentamento entre os governadores do Nordeste e o governo federal acaba refletindo no fato de as polícias nos estados terem um alinhamento de oposição aos governos e tensiona a relação deles com os governantes”, afirma.

Os principais focos de insatisfação e onde há riscos de paralisação de policiais, segundo associações que monitoram o movimento, estão na Bahia, na Paraíba e no Ceará.

Nesses estados, o fato de os governadores serem de oposição a Bolsonaro são consideradas fagulhas a mais.

Policiais julgam que seus vencimentos estão defasados por não terem aumento há anos e resistem a aceitar as propostas dos estados.

Com receio de protesto generalizado, governadores do Nordeste convocaram reuniões com integrantes das polícias nesta quinta. Mesmo onde não há manifestações explícitas, foram identificados sinais de início de rebeliões.

“Todo mundo tem uma preocupação de eclodir movimentos de paralisação de algumas Polícias Militares do Brasil”, afirmou o senador Major Olímpio (PSL-SP).

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, afirmou que o motim dos policiais no Ceará “podia ter sido um morticínio gigantesco”. “É ilegal, tem de ter consequências tanto na Justiça comum quanto na Justiça criminal”, disse.

O ministro Ricardo Lewandowski afirmou que a situação no Ceará é preocupante.

“Acho que uma greve de policiais, se não for controlada, é grave sinal de anomia. É um perigo para as instituições. Nenhuma corporação armada pode fazer greve”, disse. “É constitucionalmente vedado que elas façam greve.”

Colaboraram Daniel Carvalho e Gustavo Uribe

“

Aquele cara lá, não fala o nome dele, não, que subiu no trator e foi empurrar o portão lá com crianças, com mulheres, ele agiu corretamente ou não?

Jair Bolsonaro em live nas redes sociais, em referência a Cid Gomes

“

O clima de polarização que o país está vivendo, a falta de diálogo e a postura de alguns membros do governo contaminam os ânimos da população

Marcos Pereira deputado federal

“

Onde já se viu policial que se queira policial ficar disparando tiros a esmo? Podia ter sido um morticínio. É ilegal, tem que ter consequências na Justiça comum e na criminal

Alexandre de Moraes ministro do STF

21 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Chantagem armada

O abuso ilegal dos motins policiais precisa ser contido antes de ultrapassar as divisas cearenses

Há mais que uma sequência de atos tresloucados em torno do chocante episódio em que o senador Cid Gomes foi baleado ao investir, a bordo de uma retroescavadeira, contra policiais militares amotinados em um quartel de Sobral (CE).

A escalada de intimidações por parte da PM cearense, em movimento por vantagens salariais que mal disfarça seus métodos ilegais, já conta mais de dois meses — e não é fenômeno isolado no país.

Em seu artigo 142, a Constituição veda expressamente greves de militares, norma que o Supremo Tribunal Federal estendeu a todas as forças públicas de segurança. Os motivos escancaram-se a cada iniciativa paredista de profissionais armados, a contar com a tibieza, quando não o beneplácito, dos governantes.

No Ceará se viram, nos últimos dias, ataques a batalhões e roubos de viaturas por pessoas encapuzadas, presumivelmente policiais, esposas e parentes. A corporação já arrancou do governador Camilo Santana (PT) reajuste salarial generoso para tempos de penúria; o pretexto para a truculência é tão somente apressar a benesse.

A chantagem armada se repete em outros estados, ainda que sem a mesma violência explícita. Em Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) mandou às favas as juras de austeridade orçamentária ao propor espantosos 41,7% de alta dos venci-

mentos para o setor de segurança.

Abertos os cofres pelo governador, a Assembleia mineira não se vexou em multiplicar o mimo em prol do restante do funcionalismo. Tamanha taxa de sucesso tende a encorajar demandas e métodos semelhantes Brasil afora.

Motins policiais, alguns com consequências trágicas para a população, não são novidade no panorama brasileiro — e tal baderna é estimulada por leis estaduais e federais que anistiam posteriormente os infratores uniformizados.

O momento atual, porém, inspira preocupações maiores. A onda conservadora das eleições gerais de 2018 espalhou sargentos, majores e coronéis nos Legislativos e Executivos do país, além de alçar um capitão reformado do Exército ao posto máximo da República.

É notória a afinidade corporativista entre o presidente Jair Bolsonaro e as forças de defesa e segurança — refletida, por exemplo, em tratamento privilegiado na reforma da Previdência Social. O encorajamento do Planalto, aliás, não se limita a pleitos trabalhistas.

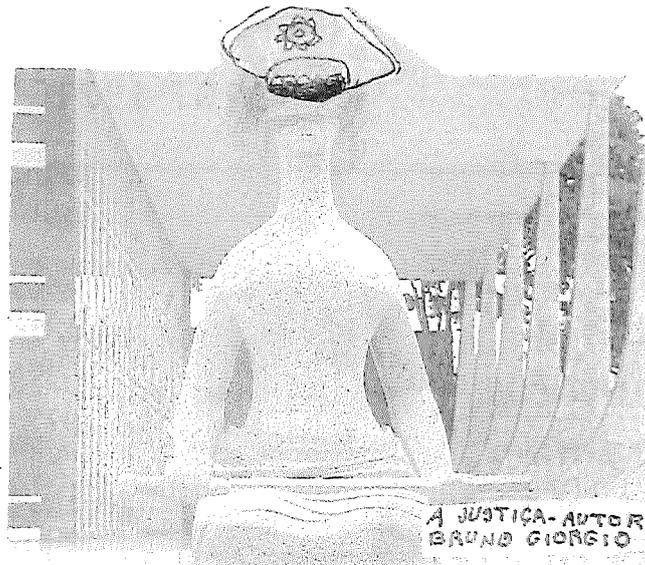
O abuso e a intimidação violenta devem ser contidos antes de ultrapassarem as divisas cearenses. Para tanto, o repúdio vigoroso da sociedade precisa despertar coragem e responsabilidade entre governantes e legisladores. Que negociem com altivez, zelem pelo Orçamento e punam os infratores.

21 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

GENERALCOMANDA
CASA CIVIL

ENFARDALHO
GERAL



Jaques

21 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL **Braço forte**

Integrante da cúpula da segurança pública de São Paulo, o secretário Youssef Abou Chahin afirma que se não houver punição exemplar ao que ele classifica como “absurdo” praticado por parte da PM cearense, será aberto preocupante precedente para todo o país. “O militar não tem direito a isso, pela Constituição. A pena é gravíssima”, diz. “Se acabar em pizza, a chance de virar moda é grande. Tem que apurar e punir”, acrescenta. Ele afirma ser “zero” a preocupação de algo parecido em São Paulo.

MÔNICA BERGAMO

ALERTA **GERAL**

O STF (Supremo Tribunal Federal) acompanha com apreensão cada vez maior a evolução dos movimentos de policiais militares, que pedem aumentos e ameaçam se amotinar em alguns estados do país. A preocupação é com a violência — e também com a conexão entre os protestos e a base de apoio do presidente Jair Bolsonaro.

VENENO Ministros já manifestaram a interlocutores o temor sobre os riscos que uma orientação ideológica das polícias pode trazer ao país.

VENENO 2 Alguns dos magistrados já mostravam também apreensão com a militarização do Palácio do Planalto — e o fato de Bolsonaro hoje ter apenas generais em seu entorno mais próximo.

21 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

SP cria força-tarefa para casos eleitorais da Lava Jato

Felipe Bachtold

SÃO PAULO Quase um ano após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que determinou o envio de casos da Lava Jato à Justiça Eleitoral, a Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo vai implantar uma espécie de força-tarefa de promotores para atuar em investigações da operação.

Quatro promotores auxiliares serão nomeados para atuar com o titular da 1ª Zona Eleitoral do município de São Paulo, Fábio Bechara. Essa zona eleitoral da capital paulista, de primeira instância, concentra desdobramentos da operação, incluindo os das delações da Odebrecht e da JBS.

Dois promotores são do interior e dois, da capital. Eles terão que conciliar as atividades de suas zonas eleitorais de origem com o trabalho nos desdobramentos da Lava Jato.

Entre os políticos que tiveram casos enviados à Justiça Eleitoral de São Paulo, estão o ex-candidato ao governo Paulo Skaf (MDB), o ex-governador tucano Geraldo Alckmin e o deputado federal Celso Russomanno (Republicanos).

Em março do ano passado, por 6 votos a 5, o Supremo decidiu que casos de corrupção e lavagem de dinheiro, quando conexos a crimes eleitorais, devem ser investigados e processados no âmbito da Justiça Eleitoral, e não na Justiça Federal —braço do Judiciário responsável pela Lava Jato.

A decisão provocou uma série de reclamações dos procuradores da operação, que entendem que a Justiça Eleitoral não tem estrutura suficiente para investigar e processar irregularidades desse tipo.

“

Deve permitir um desafogo porque é um bocado de serviço para um promotor só

Sérgio Medeiros
procurador regional eleitoral de SP

O procurador regional eleitoral de São Paulo Sérgio Medeiros, que chefia o Ministério Público Eleitoral no estado, disse que a criação do grupo proporciona um acompanhamento mais próximo junto à Polícia Federal desses casos, que são cerca de 30 no estado.

“Deve permitir um desafogo porque é um bocado de serviço para um promotor só”, disse Medeiros. Na Polícia Federal, são dois delegados responsáveis por essas investigações.

O modelo de força-tarefa no Ministério Público foi consagrado na Lava Jato no Paraná, e posteriormente replicado nos desdobramentos da operação no Rio e em São Paulo.

Medeiros é crítico da decisão do Supremo e considera que a medida trouxe uma “atribuição anômala” à Justiça Eleitoral, que não é “pensada para isso”. Mas afirma que o órgão se esforça para cumprir a determinação, na medida do possível.

Em um ano eleitoral, diz o procurador regional, a prioridade absoluta será a eleição. A Justiça Eleitoral é responsável por organizar as eleições e processar e julgar pedidos dos partidos e ações questionando o registro de candidaturas.

O único líder político já julgado na Justiça Eleitoral de primeira instância em São Paulo na Lava Jato foi o ex-prefeito e ex-presidenciável Fernando Haddad (PT), que foi condenado em agosto passado a quatro anos e seis meses de prisão por caixa dois em processo derivado da delação da empreiteira UTC.

O Ministério Público que atua em segunda instância já pediu a absolvição do petista.

21 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Cervejaria Backer terá de pagar despesas médicas

Diana Lott

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de Minas Gerais ordenou na terça (18) que a Backer pague as despesas médicas dos consumidores com suspeita de intoxicação pelas cervejas da empresa mineira.

Foram incluídos os custos com deslocamento, estadia e alimentação de acompanhantes e dos pacientes, além de procedimentos e remédios prescritos e não contemplados pelos planos de saúde.

A companhia deverá pagar tratamento psicológico para os afetados e seus familiares diretos (pai, mãe, filhos, cônjuge e companheiros).

A 23ª Vara Cível determinou ainda o bloqueio de bens e valores da companhia até o valor máximo de R\$ 100 milhões. A medida, comum em processos desse tipo, tem o objetivo de resguardar recursos caso a empresa seja condenada a pagar indenizações, o que será decidido no fim do processo.

A decisão liminar (provisória) faz parte de uma ação do Ministério Público estadual em conjunto com os pacientes, que tramita em segredo de Justiça. Cabe recurso.

Segundo os autos, aos quais a Folha teve acesso, a ação foi ajuizada após a empresa descumprir um prazo de 72 horas, contado a partir do último dia 30, para informar aos afetados quais medidas tomaria quanto ao fornecimento de tratamento médico e psicológico.

Na ocasião, representantes da Backer e pacientes com suspeita de intoxicação por monoetilenoglicol e dietilenoglicol acordaram que seriam realizadas entrevistas individuais para aferir os danos de cada caso. Findo o prazo, a cervejaria deveria comunicar quais medidas tomaria, ou, em caso de negativa, fundamentar sua decisão.

A empresa, no entanto, se limitou a afirmar que responderia separadamente. Dias depois, os afetados receberam emails genéricos nos quais a cervejaria afirmou que ainda analisava os casos.

Desde dezembro, os órgãos de saúde registraram cinco mortes e 30 casos de contaminação — número, no entanto, pode ser maior.

Procurada, a cervejaria afirmou que ainda não foi oficialmente comunicada da decisão, que segue à disposição das autoridades e que colabora com as investigações em curso.

21 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Casa de Edemar Cid Ferreira vai virar escola de alto padrão

Empresário que arrematou imóvel quer instituição como a do fundador da Tesla

Bruna Narcizo

SÃO PAULO A casa que pertenceu ao banqueiro Edemar Cid Ferreira, do falido Banco Santos, vai ser tornar uma escola de alto padrão.

Esse é o projeto de Janguê Diniz, fundador do grupo Ser Educacional, que arrematou o imóvel por R\$ 27,5 milhões na terça-feira (18).

Diniz já depositou R\$ 11 milhões, o equivalente a 40% do valor. O restante será parcelado em seis vezes, como prevê o edital do leilão. Ele só poderá ocupar o imóvel após o pagamento de 100% do valor.

O espaço conta com terreno de 8.000 metros quadrados e um complexo de cinco andares que ocupa uma área de 4.100 metros quadrados.

O local será transformado em um centro de ensino básico (do infantil ao médio) nos moldes da Ad Astra School, desenvolvida pelo fundador da Tesla, Elon Musk.

Segundo comunicado da assessoria de imprensa de Diniz, a escola será “fundamentada no pensamento global, usará métodos de solução de problemas reais de forma integrada para ensinar multihabilidades e desenvolver o pensamento crítico”.

Além do imóvel, Diniz comprou 11 obras de arte, que foram comercializadas com a casa. São peças como uma mesa de mogno de 1850, uma parede de azulejos do século 18, duas esculturas da cultura maia, que vieram da América Central, uma escultura chinesa e um desenho projetado por Burle Marx.

O leilão desta semana foi o quinto. Nos dois primeiros, não houve interessados. Em maio de 2019, no terceiro leilão, o imóvel chegou a ser arrematado por R\$ 23,3 milhões. Mas o comprador, que não teve o nome revelado, não depositou o valor dentro do prazo estipulado pelo leiloeiro.

No quarto leilão, realizado em outubro do ano passado, a mansão foi vendida por R\$ 9 milhões, mas o juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de SP, não aceitou o valor.

Desta vez, 20 pessoas se habilitaram para participar do certame, que recebeu 16 lances e 31.300 visualizações.

A casa é parte da massa falida do banco — que sofreu intervenção do Banco Central em 2004, após um rombo de R\$ 2,2 bilhões —, e os valores serão revertidos para o pagamento dos credores. A massa

falida do Santos ainda espera o leilão da carteira de créditos do banco, que pode render cerca de R\$ 500 milhões.

A avaliação inicial da casa era de R\$ 110 milhões, valor que depois foi reduzido para R\$ 76,8 milhões. Mas os credores do banco não aceitavam vender por menos de R\$ 94 milhões. A última avaliação pericial havia apontado um valor de R\$ 78 milhões.

Construída entre 2000 e 2004, a casa, na rua Gália, no Morumbi (zona oeste de SP), foi projetada pelo arquiteto Ruy Ohtake, que recebeu R\$ 1,15 milhão pelo serviço. O decorador americano Peter Marino recebeu outros R\$ 8,86 milhões.

O imóvel tem duas galerias de arte, com pé-direito de nove metros, uma biblioteca e um heliponto.

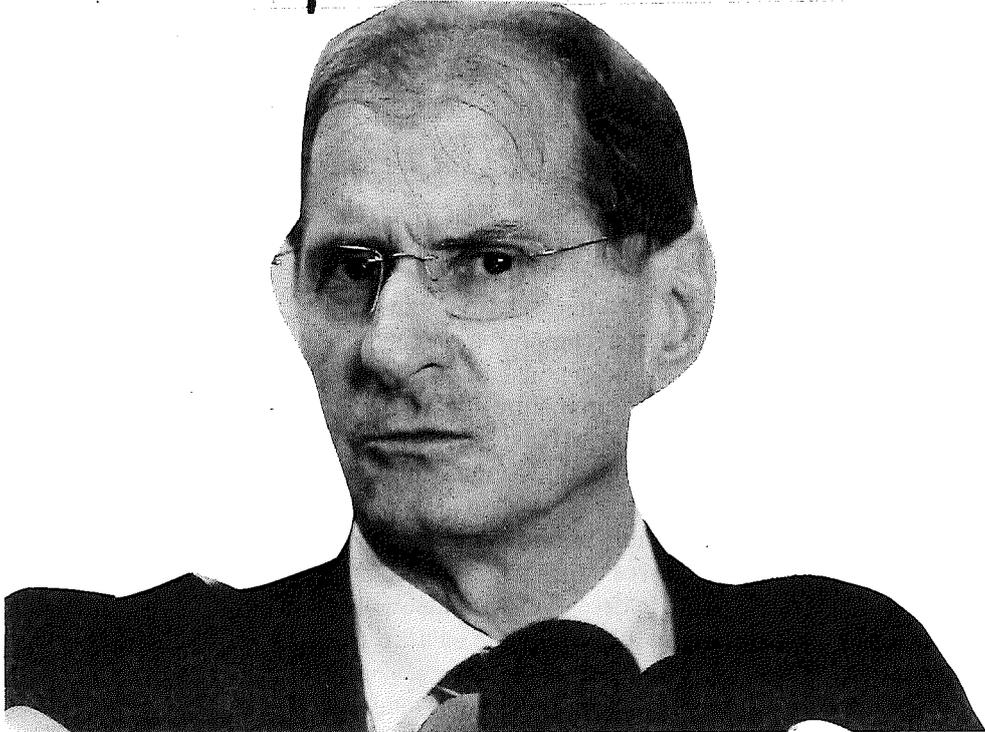
Banheiros de vidro com tecnologia que muda de cor quando estão ocupados, mármore da França e elevadores pneumáticos também contribuíram para elevar o preço do imóvel, que custou ao ex-banqueiro mais de R\$ 140 milhões.

21 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

Familiares discutem mortes por supostos confrontos

Em conversa sobre letalidade de
agentes de segurança pública,
parentes de vítimas pedem mais
transparência nas investigações



"Houve uma reunião com o Centro de Direitos Humanos que expressou que as famílias não tinham informações sobre as apurações", afirma o coordenador do Gaeco, Leonir Batist.

CONTINUA

Laís Teine

Reportagem Local

Trinta e seis pessoas foram mortas por suposto confronto com a polícia em um período de dez meses no ano passado em Londrina. De 24 nomes enviados ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do MP (Ministério Público), para apuração dos processos, apenas dois estão na lista de ações denunciadas. Outros nove tiveram inquérito arquivado, 11 constam em apuração, um será investigado em outra esfera e outro não foi encontrado. Mais quatro nomes serão enviados para apuração, três deles morreram em 2020.

Familiares discordam sobre a situação de confronto e querem que casos sejam investigados com mais transparência. Eles prestaram depoimentos em roda de conversa que debatia a letalidade dos agentes de segurança pública, realizada no último sábado (15), em Londrina.

O encontro organizado pelo MNDH-PR (Movimento Nacional dos Direitos Humanos) reuniu familiares de vítimas de confrontos policiais, promotor, advogada, jornalistas e foi aberto à comunidade. “Não é uma crítica aos policiais militares nem aos policiais de uma forma geral, a nossa crítica é de que o sistema é falho no sentido de que nós não temos pena de morte no Brasil e policiais não vão presos após matarem, também não ficam encarcerados e impedidos de que façam uma limpeza do local do crime”, comenta Carlos Santana, coordenador do MNDH em Londrina.

Santana e os familiares criticam a forma como são conduzidas as investigações dos

agentes e a caracterização da morte como confronto, mesmo quando as circunstâncias não se adequam à classificação. “Meu filho estava em uma festa, estava sentado, não tinha arma no local onde ocorreu a chacina, ninguém atirou contra ninguém”, comenta Marco Antônio Modesto, pai de Mateus Modesto, 21, morto na chacina de 2016, em Londrina.

Naquela ocasião, 12 pessoas foram mortas e 14 feridas em menos de uma semana. Os crimes estariam relacionados à morte de um policial militar e, dos 17 inquéritos abertos para investigação, apenas um resultou em ação penal, com a denúncia de dois policiais por tentativa de homicídio. O recurso sobre

a decisão de ir a júri popular está pendente no TJPR (Tribunal de Justiça do Paraná).

O marido de Jéssica Carvalho, Washington Ricardo de Souza, foi morto no dia 21 de junho do ano passado. Os familiares não acreditam que ele teria sacado uma arma quando foi abordado no veículo no Conjunto Antares (leste). “Alegaram que ele saiu com arma em punhos. Foram 14 tiros de fuzil, dois no peito, um no pescoço, no corpo inteiro”, conta. A viúva acionou o MP e quer que o caso seja apurado.

“NECROPOLÍTICA”

A advogada e doutoranda em Direitos Humanos e Democracia, da UFPR (Universidade Federal do Paraná), Emmanuella Denora, comentou na reunião que a questão é mais profunda e estrutural. Fundamentada no conceito de necropolítica, a acadêmica aponta estruturas sociais, incluindo o direito penal, e seus desdobramentos, como

a segurança pública. “Quando a gente fala de políticas de segurança, não tem políticas de antecipação. Ninguém está evitando que os entes de vocês morram. Vocês vão ligar para a polícia para dizer que eles estão matando?”, critica.

Essa não é a primeira vez que familiares se unem para discutir a questão. Em novembro de 2019 eles organizaram uma passeata pedindo esclarecimento dos fatos. “Depois do ato, propus às famílias que a gente deveria procurar as autoridades para evidenciar o problema e transformar isso em um movimento, que ainda é incipiente, mas precisa crescer para que a gente possa construir na sociedade uma visão diferenciada do que é polícia e o que é cidadão”, discursa Carlos Santana.

Unidos, conseguiram levantar 24 nomes de vítimas que aguardam conclusão dos inquéritos e apresentaram ao coordenador do Gaeco, o procurador Leonir Batisti. “Houve uma reunião com o Centro de Direitos Humanos que expressou que as famílias não tinham informações sobre as apurações. Fizemos o levantamento e encaminhamos a resposta”, afirma Batisti.

Dos 24 nomes, apenas dois foram encaminhados para denúncia. Sobre o andamento dos processos, Batisti afirmou que quando ocorre o evento, o promotor da área recebe as informações para poder acompanhar os casos. Os familiares manifestaram que vão promover ação indenizatória contra o Estado.

SEM RETORNO

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Polícia Militar, em Curitiba, e aguardou durante quatro dias o retorno prometido dos questionamentos, mas não obteve respostas até o período da tarde desta quinta-feira.

Promotor aponta dificuldades na primeira coleta de provas

O promotor Ricardo Domingues esteve na reunião e comentou sobre os entraves que precisam ser superados para uma investigação correta dos fatos, apontando que existe dificuldade na primeira coleta das provas e de fazer o correto isolamento do local do crime para que a prova pericial seja bem feita. "Nós temos constatado que os protocolos de isolamento de local de crime ou de morte, caso se comprovam de legítima defesa, não têm sido observados em muitos casos. Também temos a necessidade de que a Polícia Civil possa desenvolver seu trabalho sem muitos empecilhos. A gente vê que tem acontecido por parte do comando local da Polícia Militar, que tem, inclusive, se recusado ao encaminhamento de policiais para prestarem depoimentos", relatou.

Em documento oficial sobre a morte de um rapaz em confronto com a polícia, o perito responsável relata dificuldades na preservação do local de crime, com aglomeração de viaturas e policiais nos limites internos da área de isolamento, além de a suposta arma utilizada para disparar contra a equipe de patrulhamento ter sido removida do local antes da chegada dos peritos. O documento também aponta a pressão de policiais e questionamentos dos servidores durante os processos de custódia das provas periciais. Outra situação é a necessidade de

intervenção judicial para que os PMs envolvidos sejam ouvidos, considerando que oficiais têm deixado de atender às solicitações da equipe de investigação, conforme registrado em documento expedido pela Justiça. O procurador de Justiça e coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, afirma que se houver pressão, a situação é ilegal e o perito deve imediatamente fazer contato com o promotor. A sensação de impunidade por parte dos familiares também se deve à morosidade dos processos, que levam anos até serem concluídos. (L.T.)

21 FEV 2020

BEMPARANÁ

Justiça condena mais três denunciados pela Lava Jato

Lista inclui ex-tesoureiro do PT, ex-diretor da Petrobras e operador de estaleiro

Da Redação

O juiz Luiz Antonio Bonat, da 13ª Vara Federal de Curitiba condenou, na quarta-feira, mais três réus denunciados pela operação Lava Jato do Ministério Público Federal no Paraná. A lista inclui o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, o ex-diretor da Petrobras, Renado Duque e o operador financeiro do estaleiro Jurong, Guilherme Esteve de Jesus, condenados pela prática de crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Vaccari Neto foi condenado por crime de corrupção passiva decorrente dos contratos celebrados entre a Petrobras, Sete Brasil e Jurong. O juiz considerou que ele atuou como intermediador dos interesses do PT nos contratos celebrados com a Sete Brasil, sendo um dos principais responsáveis pelo acerto de divisão de propina nos contratos com a Jurong de um terço para agentes da Sete Brasil e da Petrobras e dois terços para o partido, segundo o MPF. De acordo com a denúncia, as ações eram realizadas no contexto do esquema de corrupção da Petrobras e em troca de apoio político para

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Vaccari: sete anos de prisão

manutenção de João Ferraz no cargo de diretor presidente da Sete Brasil, quando haveria intenção da então presidente da Petrobras, Graça Foster de retirá-lo do cargo. A pena para Vaccari é de sete anos e seis meses de prisão no regime semiaberto.

Já Renato Duque foi condenado a seis anos, seis meses e dez dias de reclusão no regime semiaberto por supostamente receber propinas para favorecer o grupo Jurong na obtenção de contratos de sondas com a Petrobras. Duque também teve decretado o confisco de suas contas Sa-

tiras e Drenos mantidas no exterior.

Contas- Guilherme Esteves de Jesus foi condenado a 19 anos e 4 meses de reclusão no regime fechado por suposta atuação criminosa em prol do grupo Jurong ao pagar propinas a Renato Duque e executivos do alto escalão da Sete Brasil – empresa privada criada para exploração do pré-sal – para obtenção de contratos de afretamentos de sondas da Petrobras. Essa pena inclui a condenação de Esteves pelos crimes de corrupção ativa, organização criminosa e de lavagem de dinheiro, que seria realizada com o pagamento de propinas em contas no exterior em prol de Duque, Pedro Barusco, Eduardo Musa e João Ferraz, dirigentes da Sete Brasil no período.

O juiz ainda decretou o confisco sobre todos os valores já bloqueados das contas de Esteves no Brasil, cerca de R\$ 592.000,00 e também de metade do valor do imóvel dado em fiança devido sua prisão em 2015. A sentença ainda prevê o confisco de US\$ 2.909.386,64, nas contas em nome das empresas offshores. O juiz ainda condenou os três a reparação mínima solidária dos danos no total de US\$ 10,3 milhões.

21 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EDITORIAL **Superlotação**

As rebeliões ocorridas em diversas penitenciárias do Brasil, que duram horas ou até dias, com agentes sendo mantidos como reféns, mostram que o sistema penitenciário brasileiro é um verdadeiro caos. Pouquíssimos exemplos do país podem ser mostrados como bons quando o assunto é a pena do cidadão condenado por um delito. Em geral, ir para a cadeia significa viver em um ambiente aterrorizante, dominado pelas facções, as quais, mesmo presas, continuam mandando no crime organizado e determinando o que deve ou não acontecer dentro dos presídios. A ideia de condenar para educar e inserir novamente o cidadão na sociedade é praticamente uma utopia.

Barbáries como as ocorridas nos presídios não podem acontecer. Presos decapitados, agentes feitos reféns, depredação das instalações, tudo isso é resultado do completo descaso do poder público com o assunto. Segundo informações divulgadas pelo Depen, o Brasil tem mais de 773 mil presos em unidades prisionais e nas carceragens das delegacias. O número de presos nas unidades carcerárias soma 758.676, a maioria, 348.371, no regime fechado, quase a metade do total de aprisionados, 45,92%. Enquanto não houver mudanças os presídios continuarão recebendo detentos que terão liberdade para controlar o local e fazer o que quiserem.

Força Nacional é enviada ao Ceará para apoio na segurança

Um grupo de militares da Força Nacional de Segurança Pública embarcou na manhã de quinta-feira do aeroporto de Brasília com destino ao estado do Ceará. O avião da Polícia Federal transportando os militares decolou às 8h. Um segundo grupo estava para ser embarcado às 15h.

O envio da Força Nacional ao Ceará foi determinado pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, após solicitação do governador Camilo Santana.

FÁBIO CAMPANA

NÃO É FEDERAL

Sérgio Moro não muda sua posição, apesar da pressão do aparelho da Justiça, a começar pelo PGR Augusto Aras: ele é contrário à federalização das investigações sobre o assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Mesmo depois da morte do ex-PM Adriano de Nóbrega, ligados a Flávio Bolsonaro. Ou talvez por causa dela.

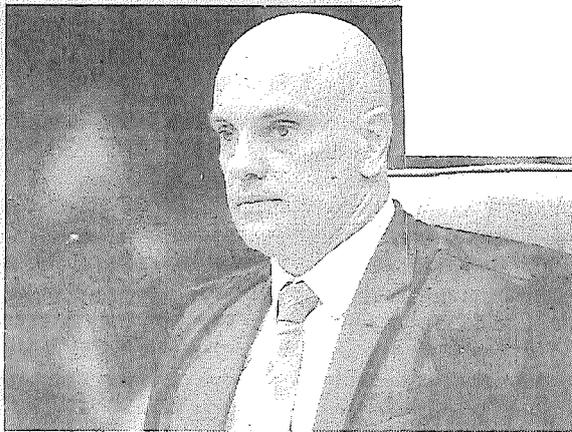
21 FEV 2020

JORNAL DO ÔNIBUS

Moraes assumirá relatoria do abuso de autoridade

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado ontem novo relator das cinco ações apresentadas ao tribunal que questionam a validade da Lei do Abuso de Autoridade. A lei foi aprovada pelo Congresso Nacional em agosto do ano passado e sancionada com vetos em setembro pelo presidente Jair Bolsonaro. Cerca de 20 dias depois, ainda em setembro, o Congresso derrubou parte dos vetos.

As ações que questionam a lei estavam sob a relatoria do ministro Celso de Mello. Em janeiro, porém,



Moraes terá cinco ações para relatar sobre o tema

o ministro se declarou suspeito alegando razões de "foro íntimo". Celso de Mello está de licença desde 21 de janeiro em razão de uma cirurgia no quadril. Ele ficará fora do tribunal pelo menos até 19 de março, quando vence o atestado. ¹

A lei foi aprovada pelo Congresso em agosto do ano passado e sancionada com vetos em setembro

21 FEV 2020

JORNAL DO ÔNIBUS

Bolsonaro autoriza envio de Forças Armadas ao Ceará

Estado enfrenta greve de policiais militares

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem um decreto que autoriza o emprego das Forças Armadas no Ceará, a pedido do governador Camilo Santana. O Estado vive uma crise na área de segurança pública, agravada pela paralisação de parte dos policiais militares, que estão amotinados em quartéis e batalhões. Por lei, policiais militares não podem fazer greve.

O decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) vale pelo período de 20 a 28 de fevereiro. "Acabei de assinar a GLO para Fortaleza [na verdade, para todo o Ceará], o governador preencheu os requisitos", disse Bolsonaro. O



Bolsonaro pediu que o Congresso aprove flexibilização do excludente de ilicitude para policiais

presidente aproveitou para pedir que o Congresso aprove o projeto de lei que flexibiliza o conceito de excludente de ilicitude para agentes de segurança durante operações desse tipo.

Na quarta-feira (19) o senador licenciado Cid Gomes, do Ceará, foi atingido por dois disparos de arma de fogo ao tentar furar um bloqueio feito por policiais grevistas no 3º Batalhão da Po-

lícia Militar de Sobral, cidade a 275 quilômetros de Fortaleza. Depois de realizar uma cirurgia de emergência na cidade, o senador foi transferido para a capital e está fora de perigo. ●

Envio de forças

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, autorizou o envio da Força Nacional de Segurança Pública para o Estado do Ceará, que virou palco de paralisação de policiais estaduais. A decisão do ministro atende ao pedido feito pelo governador Camilo Santana (PT) ao governo federal. A decisão foi tomada após o senador licenciado Cid Gomes (PDT-CE) ter sido baleado em um protesto de policiais que pedem aumento salarial.

Sem indiciamento

A Polícia Federal (PF) informou ter concluído que o ex-presidente Lula não cometeu crime previsto na Lei de Segurança Nacional (LSN) na investigação a respeito de declarações públicas em que o petista chama o presidente Jair Bolsonaro de "miliciano". A PF disse já ter encaminhado um relatório da investigação à Justiça. "Resta demonstrado a inexistência de qualquer conduta praticada, por parte do investigado, que configure crime previsto na Lei de Segurança Nacional", diz a nota.

21 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Do motim à baderna

A baderna havida em Sobral, no Ceará, só não terminou em tragédia por milagre. O único olhar positivo que se pode ter sobre o episódio é o fato de ninguém ter morrido. Mas não foi por falta de dolo. O senador Cid Gomes (PDT-CE) foi atingido por dois tiros de pistola calibre .40 – armamento-padrão das Polícias Militares – na região do tórax. Quem atirou, o fez para matar, não imobilizar. Por sua vez, o senador da República foi alvejado no momento em que avançava com uma retroescavadeira sobre um grupo de policiais militares amotinados. Quem comete um ato tresloucado como este tampouco está imbuído de boa-fé.

Esta quase tragédia cearense começou com o atropelo, sem trocadilho, da Constituição. Em seu artigo 142, parágrafo 3.º, inciso IV, a Lei Maior veda a sindicalização e a greve aos militares, incluídos, por força do artigo 42, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar no âmbito dos Estados. O que daí se sucedeu é uma espiral de absurdos que, sem a devida contenção, podem extrapolar os limites do Ceará e produzir consequências inimagináveis em todo o País.

Tão aberrante quanto o fato é sua exploração política por diversos atores, todos errados à sua maneira. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) disse que Cid Gomes, “alvejado por projétil de borracha”, o que é mentira,

“expôs os militares a risco” ao lançar uma retroescavadeira contra eles, o que é verdade. Ciro Gomes, irmão de Cid, fiel a seu estilo, respondeu ao deputado bravateando que “será necessário que nos matem mesmo antes de permitirmos que milícias controlem o Ceará como os canchais de sua família (*a do deputado Eduardo Bolsonaro*) fizeram com o Rio de Janeiro”.

Mais do que uma greve, o que por si só já seria absurdo, o ato dos policiais militares e bombeiros do Ceará é um motim. Tudo teve início com reivindicações por melhores salários no final do ano passa-

Tentaram matar o senador Cid Gomes. Este tampouco estava imbuído de boa-fé

do. Na ocasião, alguns batalhões da Polícia Militar foram atacados por homens encapuzados que o governo estadual afirma serem membros da própria corporação. Os ataques teriam por objetivo confrontar policiais que não aderiram à paralisação ilegal, assustar a população e, principalmente, fragilizar o governador Camilo Santana (PT). Nessa campanha de intimidação, os policiais – encapuzados e a bordo de viaturas oficiais – não se furtaram a percorrer bairros de Sobral e de outros municípios cearenses ordenando o fechamento do comércio local, barbaridade típica de bandos de traficantes e milicianos, não de agentes do Estado.

É evidente que o presidente Jair Bolsonaro não pode ser responsabilizado diretamente por esse comportamento dos policiais e bombeiros militares, seja no Ceará ou em qualquer outro Estado. No entanto, a defesa incondicional que aquele que deveria agir como supremo magistrado da Nação faz dessas corporações – e desde há muito – e o status de “inimigo” que ele atribuiu a adversários políticos colaboraram para que este clima beligerante se instale no País.

É estarrecedor que policiais militares e bombeiros sintam-se à vontade para praticar atos como os havidos no Ceará. É igualmente absurdo que um senador da República faça o que fez Cid Gomes. De um lado, tem-se corporações que se julgam acima das leis e da Constituição para fazer valer os seus interesses. De outro, um parlamentar que se arvora em grande coronel de seu quintal e decide resolver à força suas desavenças. Onde isso irá parar?

É imprescindível, para o bem do País, que a Polícia Judiciária do Ceará investigue e aponte rapidamente a autoria da tentativa de homicídio praticada contra o senador Cid Gomes. Trata-se de um crime gravíssimo. Também é absolutamente necessário que o senador, uma vez restabelecido do atentado que sofreu, responda por seu ato extremado, tanto na seara jurídico-penal como na esfera política, no Conselho de Ética do Senado. O Brasil não tolera que a baderna seja considerada como algo normal.

21 FEV 2020

METRO

Caso Adriano. Flávio visitou miliciano na prisão

Ex-companheiro do miliciano Adriano da Nóbrega na prisão, o vereador do Rio de Janeiro (RJ) e sargento da Polícia Militar Ítalo Ciba (Avante) afirmou que o senador Flávio Bolsonaro (RJ) visitou os dois “mais de uma vez” na cadeia. A família Bolsonaro tem negado que existia uma relação entre eles e o miliciano morto no dia 9 na Bahia.

Em entrevista ao jornal O Globo, Ciba também disse que Adriano frequentava o gabinete de Flávio quando o senador era deputado estadual no Rio de Janeiro. O advogado Frederick Wassef, que defende Flávio, afirmou em nota que o senador “nunca fez visitas a criminosos”.

Nóbrega era apontado como líder do chamado Escritório do Crime, bando acusado de uma série de assassinatos, e foi associado ao esquema de rachadinha no gabinete de Flávio. ● METRO

Barroso proíbe saída do DF

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso negou ontem pedido do Distrito Federal para retirar o líder do PCC (Primeiro Comando da Capital, Marcos Camacho, o Marcola, da Penitenciária Federal de Brasília. Barroso disse que o presídio possui a “maior e melhor estrutura de apoio”. Marcola está no local desde março de 2019. ● METRO